

## Planejamento colaborativo e inclusivo: prática numa escola municipal de Fortaleza

Diana Dantas Bezerra Mendes<sup>1</sup>

### RESUMO

Em uma sociedade cada vez mais diversificada e plural, é imperativo que as escolas se adaptem para serem espaços verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades, possam se desenvolver plenamente. A educação inclusiva pressupõe que a escola deve se adaptar ao aluno e não o contrário. Isso envolve uma mudança de perspectiva sobre como encaramos as necessidades específicas de aprendizado. O planejamento colaborativo surge, nesse contexto, como uma estratégia essencial para a preparação e a implementação de práticas educativas inclusivas. Assim estabelecemos como objetivo: identificar as políticas educacionais, práticas e ações concretas que podem melhorar a eficácia e implementação do planejamento colaborativo na educação especial na perspectiva inclusiva. Assim, o presente estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2001), que articulou a revisão bibliográfica, estudo de caso e análise documental para uma compreensão do estudo. Concluímos que o ensino colaborativo representa um avanço significativo no caminho da inclusão educacional. Através dessa colaboração, vemos a valorização da diversidade, a superação das barreiras e a promoção de um ambiente educacional mais justo e acolhedor em constante construção, para o desenvolvimento pleno de cada aluno e para a formação de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Educação Inclusiva, Planejamento Colaborativo.

### INTRODUÇÃO

Em uma sociedade cada vez mais diversificada e plural, é imperativo que as escolas se adaptem para serem espaços verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades, possam se desenvolver plenamente. Essa demanda estimula uma maior reflexão sobre como deve ser feita a educação especial na perspectiva inclusiva, um desafio que envolve todo o corpo docente e a comunidade escolar.

A educação inclusiva pressupõe que a escola deve se adaptar ao aluno e não o contrário. Isso envolve uma mudança de perspectiva sobre como encaramos as necessidades específicas de aprendizado. Ao invés de vê-las como obstáculos, devem ser encaradas como oportunidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, efetivas e centradas no aluno.

O planejamento colaborativo surge, nesse contexto, como uma estratégia essencial para a preparação e a implementação de práticas educativas inclusivas. Este modelo de planejamento

---

<sup>1</sup> Mestranda do Mestrado em Serviço Social, trabalho e questão social da Universidade Estadual do Ceará - UECE, [dianadbmendes@gmail.com](mailto:dianadbmendes@gmail.com).

envolve todos os atores relevantes no processo educativo - desde professores, especialistas em educação especial, psicólogos, terapeutas e a família em um esforço conjunto para promover um ambiente de aprendizado que atenda às necessidades individuais de cada estudante.

Este artigo busca explorar o significado, a importância e as estratégias do planejamento colaborativo na promoção da educação especial na perspectiva inclusiva na rede municipal de Fortaleza. A investigação se baseia na convicção de que toda criança têm o direito de aprender, e de que a escola, como um microcosmo da sociedade, deve refletir e abraçar a diversidade humana, garantindo o direito a inclusão e ao desenvolvimento eficaz. Assim, ao longo deste estudo, discutiremos como o planejamento colaborativo pode contribuir para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas, onde todos são bem-vindos, valorizados e detêm dos mesmos direitos, e do pleno desenvolvimento diante das suas especificidades.

Assim estabelecemos como objetivo: identificar as políticas educacionais, práticas e ações concretas que podem melhorar a eficácia e implementação do planejamento colaborativo na educação especial na perspectiva inclusiva. E para fundamentar as discussões acerca do assunto ancoraram-se como aporte teórico CAPELLINI (2004), ROPOLI (2010), TARDIF (2014), no que concerne respectivamente o ensino colaborativo na promoção da educação especial na perspectiva inclusiva no ambiente escolar.

## **METODOLOGIA**

Na construção do artigo sobre o planejamento colaborativo na educação especial na perspectiva inclusiva, algumas metodologias foram empregadas para alcançar o objetivo estabelecido. Assim, o presente estudo foi conduzido por meio de uma abordagem *qualitativa* (MINAYO, 2001), que articulou revisão bibliográfica, estudo de caso e análise documental para uma compreensão abrangente do assunto.

Abordamos a revisão bibliográfica da literatura existente nas pesquisas nos últimos anos, podendo envolver a revisão de livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e relatórios sobre o planejamento colaborativo e a educação inclusiva. Essa busca foi feita em bases de dados online confiáveis, incluindo, por exemplo, Google Acadêmico, SciELO, Academia.Edu, Portal Capes, entre outros. As palavras-chave para a busca incluíram termos como "Educação Especial", "Educação Inclusiva", "Planejamento Colaborativo", "Práticas Inclusivas", na busca de explorar as práticas efetivas de planejamento colaborativo, identificando as estratégias que têm demonstrado ser mais bem-sucedidas na promoção de um ambiente educativo inclusivo.

Os estudos encontrados foram analisados e comparados para identificar temas comuns, desafios e estratégias eficazes.

O estudo de caso foi realizado numa escola municipal localizada no Distrito de Educação 3 da rede de ensino em Fortaleza, que implementou efetivamente uma prática de planejamento colaborativo inclusivo. Esse estudo de caso contou com a participação da professora do AEE, que está nessa função desde de o ano de 2017, tem graduação em pedagogia e especialização em Psicopedagogia. O referido estudo foi conduzido em três etapas: observação, coleta e análise das informações.

Por meio de relato de experiência na prática profissional da professora do AEE na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), com a utilização de entrevista semiestruturada, além da observação direta das práticas inclusivas em ação e análise de documentos relacionados, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), Orientações para profissionais da educação (Fortaleza, 2022) e Orientações pedagógicas para educação inclusiva (Fortaleza, 2023), visando enriquecer nossa pesquisa e fornecendo uma visão valiosa da abordagem oficial para o planejamento colaborativo e a educação inclusiva na referida rede de ensino.

Na análise dos dados, buscamos identificar padrões, temas e insights emergentes que possam responder as nossas questões de pesquisa e cumprir o objetivo do estudo. A articulação da revisão bibliográfica, estudo de caso e análise documental fornece ao estudo tanto uma perspectiva teórica, quanto uma prática para uma melhor compreensão do planejamento colaborativo para a promoção da educação especial na perspectiva da inclusão.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, várias políticas educacionais promovem a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), foi implantada no Brasil em 2008, endossado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, e ratificado em setembro de 2007 no Brasil. A referida convenção destaca em seu artigo 7 que *“Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças”*, assim a PNEEPEI regulamenta a inclusão de estudantes em escolas regulares, fornecendo equipamentos, materiais didáticos e formação de pessoal, visando promover o acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essas políticas têm como objetivo criar um ambiente educacional no qual todos os estudantes possam aprender juntos, em condições de igualdade. São tais circunstâncias essenciais para garantir que crianças e jovens com deficiência possam participar da sociedade de forma igualitária (BRASIL, 2008).

Algumas das principais ações desta política visam identificar as necessidades educacionais de cada aluno, sendo crucial para entender as adaptações e recursos que cada criança poderia precisar para aprender da melhor maneira possível. Essa política aponta que crianças, jovens e adultos com deficiência tenham oportunidade de se inscrever e permanecer em escolas regulares, eliminando barreiras que possam impedir a inclusão plena e efetiva destas pessoas no ambiente escolar.

Dentre as ações regulamentadas por esta política está o Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que disponibiliza um conjunto de atividades e recursos de acessibilidade organizados institucional e continuamente para apoiar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a inclusão completa dos estudantes. Tais ações ocorrem na própria escola ou em centros de AEE, no contraturno, de forma complementar ou suplementar ao desenvolvimento do estudante. Proporcionando também o uso de tecnologias assistivas, que se refere a uma ampla gama de equipamentos, serviços e estratégias, permitindo aos estudantes com deficiência o envolvimento mais pleno em todas as atividades acadêmicas.

O AEE da escola desempenha um papel essencial no desenvolvimento dos(as) alunos(as) com deficiência, em que, segundo Ropoli (2010), contribui para o processo formativo do(a) discente e sua autonomia em ambientes escolares, como também em espaços fora da escola, pois o acesso ao atendimento especializado é um direito.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LBD 9.394/1996 (BRASIL,1996), pensar em inclusão e acessibilidade nas escolas regulares nos remete a refletir sobre a promoção de políticas educacionais inclusivas, que prevejam a implementação da Legislação Educacional de Inclusão e forneçam subsídios para ampliação e universalização da educação em todo país, seja em nível federal, estadual ou municipal. Destaca-se também a importância da formação dos professores, adaptações curriculares, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Para isso, as barreiras físicas, comunicativas, pedagógicas e atitudinais devem ser eliminadas ou minimizadas.

A Lei Brasileira de Inclusão 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência determina a garantia do pleno e igual acesso à educação para pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação. Isso inclui o acesso à educação infantil, ao ensino fundamental e médio, à educação para jovens e adultos, à educação profissional e superior, à educação especial, à educação à distância e ao atendimento educacional especializado.

Desse modo, ressaltamos a necessidade da formação de professores para a educação inclusiva, de modo que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e saibam como flexibilizar o currículo e o método de ensino às necessidades individuais de cada estudante. Esta adaptação curricular deve ser flexível para atender às necessidades individuais dos alunos. Isso pode envolver a modificação das técnicas de ensino, a utilização de materiais didáticos diferenciados como jogos, recursos tecnológicos e de acessibilidade, bem como a adequação da avaliação disponibilizando inclusive quando se fizer necessário, de leitor, de transcritor, ampliação de fonte, para garantir a participação de todos os alunos nas atividades de aprendizagem.

Vemos, portanto, a importância da efetivação da política pública de formação continuada para os profissionais da educação como ressalta Monteiro, et al Castro e Ribeiro, 2016 em que destacam que há uma necessidade de formação especializada para os professores que estão nas salas regulares, como também profissionais que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência, respeitando seus limites, capacidade e processos de aprendizagem.

A política pública de formação de professores na educação especial é de extrema importância para uma perspectiva inclusiva na educação. A inclusão escolar implica em garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência e sem deficiência nas escolas regulares, visando repensar o espaço escolar para promover acolhimento ao aluno e, para isso, é fundamental que os professores estejam preparados para atender à diversidade presente na sala de aula. Destarte, Tardif (2014, p19) nos apresenta que:

No tocante à profissão docente, a relação cognitiva com o trabalho é acompanhada de uma relação social: os professores não usam o “saber em si”, mas sim saberes produzidos por esse ou por aquele grupo, oriundos dessa ou daquela instituição, incorporados ao trabalho por meio desse ou daquele mecanismo social (formação, currículos, instrumentos de trabalho, etc.).

Salientamos, deste modo que nas Orientações pedagógicas para educação inclusiva 2023, da rede municipal de educação em Fortaleza (SME, 2023, p.14), enfatiza que “somente a formação não é suficiente para solucionar todos os desafios no desenvolvimento de sua ação docente, mas, certamente, uma formação consistente é um dos fatores indispensáveis para a

superação desses desafios”, enfatizando, nesta perspectiva, que a formação continuada dos professores do AEE será desenvolvida em consonância com a BNC - Formação Continuada (2020), considerando três dimensões essenciais que são:

- a) Conhecimento profissional: Pressupõe a aquisição de conhecimentos específicos de sua área;
- b) Prática profissional: Refere-se aos aspectos didáticos e pedagógicos;
- c) Engajamento profissional: Propõe o comprometimento com a docência através do exercício de suas atribuições e responsabilidades. (FORTALEZA. SME, 2023, p.14).

Ainda nas evidências das Orientações pedagógicas para educação inclusiva (FORTALEZA. SME, 2023), ressaltamos a “inserção permanente da temática Educação Inclusiva e da temática Diversidade nas formações continuadas mensais de todos os professores da rede municipal de ensino”.

Outro destaque destas orientações refere-se que os professores do AEE são, *articuladores da inclusão escolar e, portanto, é fundamental instrumentalizar esse profissional para o combate a qualquer tipo de discriminação e a eliminação de barreiras e obstáculos à acessibilidade do estudante ao processo de ensino e de aprendizagem*. Sendo ofertado, no entanto, o planejamento colaborativo entre os professores do AEE e os demais das salas regulares de ensino, que vem sendo promovido como prática para o fortalecimento das ações de inclusão nas escolas:

Considerando a importância da articulação entre o professor de AEE e o professor de sala comum para o processo de inclusão escolar, recomendamos que as unidades escolares com SRM organizem uma semana mensalmente para o acompanhamento dos professores de AEE ao planejamento dos professores de sala comum. Assim sendo, nessa semana não haverá atendimento direto aos estudantes, visto que esse atendimento ocorrerá por meio das orientações para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas aos seus respectivos professores. (FORTALEZA, SME, 2023)

Neste contexto, a política de educação especial na perspectiva inclusiva implantada no sistema de ensino municipal de Fortaleza, com foco na inclusão das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na escola regular, está embasada numa ampla legislação que estabelece os direitos, deveres, metas e ações com o objetivo de promover a inclusão dos educandos, conforme determinam a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) que prevê, em seu Art. 1º, “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). De acordo com estas legislações, estão também as Orientações

para profissionais da educação (FORTALEZA, SME, 2023 p.4) que apontam a necessidade de “assegurar o desenvolvimento de práticas educacionais que garantam a igualdade de acesso, a permanência na escola e a aprendizagem dos estudantes”.

Nesta perspectiva trazemos as reflexões sobre a proposta do ensino colaborativo na abordagem social, segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apud Silva, Vilaronga (2021):

A proposta do ensino colaborativo é baseada na abordagem social da deficiência, pois compreende que a escola precisa ser mudada, incluindo as atividades desenvolvidas na classe comum, uma vez que é o espaço no qual o aluno convive com seus pares em um tempo maior. Logo, se a sala comum não for modificada em suas estratégias e modo de funcionamento em relação aos conteúdos e às atitudes, dificilmente ocorrerá a escolarização do alunado como um todo.

Refletindo sobre esta proposta vemos que a comunidade escolar tem um papel essencial na implementação efetiva de uma política de educação inclusiva. Todos - administradores, professores, funcionários, estudantes, pais e a comunidade mais ampla - podem contribuir e fazer a diferença. Cada um desempenha uma função importante na promoção de um ambiente educacional inclusivo, no qual todos os estudantes devem ser valorizados e terem a oportunidade de alcançar seu potencial de aprendizado. Segundo Capellini:

O trabalho colaborativo efetivo requer compromisso, apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha dos saberes. Nenhum profissional deveria considerar-se melhor que outros. Cada profissional envolvido pode aprender e pode beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior será sempre o aluno. (CAPELLINI, 2004, p.89)

As reflexões de Capellini (2004), corroboram com as Orientações pedagógicas para educação inclusiva (FORTALEZA. SME, 2023), implantadas neste ano pelo município de Fortaleza, na promoção de inclusão para todos, respeito a diversidade e equidade, em que veremos nos resultados e discussão a vivência na prática da proposta de um planejamento colaborativo, envolvendo os professores de sala de aula regular e professores do AEE.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O planejamento colaborativo vivenciado na prática ao longo do primeiro semestre letivo do ano de 2023, com foco em promover a inclusão de todos os alunos, respeitando a diversidade de aprendizagem bem como a superação das barreiras metodológicas e atitudinais são destaque nos relatos de experiência vivenciados pela professora do AEE, denominada neste artigo de “FLOR” (de acordo com a solicitação da mesma baseada na música “*Pra não dizer que não*

*falei das flores*”, onde o compositor - Geraldo Vandré - se refere a todos como iguais), em que ressalta:

“Os gestores, professores e funcionários da escola podem criar ambientes acolhedores e inclusivos, compartilhando saberes, flexibilizando o currículo e o ensino para atender a todos os estudantes. Eles podem trabalhar em apoio mútuo para eliminar barreiras físicas, sociais e atitudinais que possam impedir a participação ou a aprendizagem de qualquer aluno”.

Flor enfatiza que todos os profissionais “devem buscar formação contínua para ampliar sua compreensão e suas habilidades em educação inclusiva, bem como partilhar saberes na prática”. Nesta perspectiva o planejamento colaborativo, no ambiente escolar é destacada como uma possibilidade de promoção e fortalecimento da comunidade escolar de práticas efetivas, podendo fomentar nos profissionais um melhor conhecimento, trocas de vivências/experiências exitosas, reconhecimento das especificidades de cada estudantes com e sem deficiência, elaborando estratégias eficazes para a inclusão, permanência e sucesso na aprendizagem e desenvolvimento global dos educandos. Vemos, portanto, que o ensino colaborativo envolvendo os educadores de sala comum e da educação especial fortalece a inclusão do discentes nas escolas regulares. Conforme, Capellini, 2007 apud Sousa, Silva, Fantacini, 2016 destaca que:

O ensino colaborativo é uma proposta para a educação inclusiva que se baseia basicamente na parceria entre os professores das classes comuns com os professores da Educação Especial, com a finalidade de proporcionar uma melhoria no ensino de estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns. (CAPELLINI, 2007 apud SOUSA, SILVA, FANTACINI, 2016)

Nas práticas de planejamento colaborativo vivenciados na escola de FLOR ao longo do primeiro semestre, ela destaca que “os professores se sentiram mais seguros em desenvolver as atividades pedagógicas, a partir do momento que conheceram as especificidades de cada aluno e as barreiras que os limitavam”, percebendo, portanto, a necessidade de conhecer cada aluno para intervir e promover meios para o desenvolvimento pleno. Flor também destaca que “a importância de desenvolver um diálogo aberto e a troca de experiências exitosas com os educadores e demais profissionais da escola auxiliou, na superação dos desafios e na construção de práticas inclusivas”.

Indagada sobre a existência de dificuldades enfrentadas diante da prática do planejamento colaborativo, Flor ressalta que “a organização dos horários de planejamento dos educadores das salas regulares é diversificada, fazendo com que os professores da mesma turma não consigam planejar juntos”. Neste contexto entendemos que a troca de experiência ocorre entre os professores de turmas diferentes, sendo realizado a consolidação das ideias com os

professores da mesma turma por intermédio do professor do AEE, buscando fortalecer as ações das práticas pedagógicas inclusivas.

Diante das observações realizadas durante o primeiro semestre letivo do ano de 2023, pudemos registrar que a transformação das ações pedagógicas para promover a inclusão requer um compromisso consistente com práticas que permitam a participação de todos. Aqui destacamos algumas estratégias que pudemos perceber na prática pedagógica da escola:

1. Flexibilização curricular: O currículo sendo adaptado para atender às necessidades particulares dos alunos. Isso não só inclui o conteúdo que está sendo ensinado, mas também como é ensinado e como o progresso do aluno é avaliado. Desta forma, a visão dos educadores em tornar o material didático e as metodologias de ensino acessíveis a todos os alunos promovendo inclusão e equidade, incluindo quando necessário recursos diversos, como o uso de tecnologia assistiva, softwares de leitura de tela para alunos com deficiência visual, aplicações de tradução de linguagem de sinais para alunos surdos, entre outros.
2. Abordagens de ensino diversificadas: Implementação de estratégias de ensino para atender a uma variedade de estilos de aprendizagem e habilidades. Isso requer uma compreensão de que cada aluno é único e pode precisar de diferentes métodos de ensino para aprendizado eficaz.
3. Formação de professores em contexto: Oferecendo formação regular em educação inclusiva para professores e demais funcionários da escola, objetivando ampliar a capacidade da comunidade escolar de atender efetivamente a todos os alunos, promovendo acessibilidade e superação das barreiras, conhecendo para intervir.
4. Planejamento colaborativo: A escola promove o planejamento mensalmente de forma colaborativa, em que ao longo de uma semana por mês, os professores de sala de aula regular planejam juntamente com o professor do AEE, reunindo perspectivas e competências variadas, garantindo assim que diversos pontos de vista e particularidades dos discentes sejam considerados.

Perante as práticas apresentadas visando a participação de todos, destacamos que o trabalho através do ensino e aprendizagem colaborativa, a atenção dos professores não seria focada nos alunos com deficiência, mas nas especificidades de todos os educandos de forma a promover inclusão e equidade. Evitando assim, a discriminação e segregação dos alunos com deficiência.

Na estratégia do Ensino Colaborativo, o pressuposto é o de que a aprendizagem ocorra para todos os alunos da sala e, por isso, apesar de estar se pensando nas adaptações para o aluno PAEE (Público Alvo da Educação Especial), a atenção dos professores não é diretamente a esse aluno por meio de uma atividade de tutoria individual. Com intuito também de evitar a discriminação, a segregação e a falta de autonomia desse aluno específico, os dois professores atuam em colaboração,

circulando pela sala e dando o apoio necessário à turma como um todo, promovendo uma relação de convívio rica e de troca de conhecimentos. (SILVA, VILARONGA, 2021 p.4)

A chave para a transformação bem-sucedida das ações pedagógicas gira em torno de uma abordagem centrada no aluno, focada em suas habilidades, preferências e necessidades, garantindo a igualdade de oportunidades educacionais para todos. Para tanto, é importante destacar alguns desafios observados, como a identificação e o gerenciamento das questões socioemocionais dos alunos, necessitando que se intensifique os serviços de aconselhamento e de apoio psicológico disponíveis, podendo envolver a efetivação da lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”, bem como a implementação de programas de bem-estar mental nas instituições de ensino. Outro ponto importante é a colaboração com órgãos de políticas educacionais para garantir que todas as escolas estejam equipadas com os recursos e os apoios necessários para atender à todas as crianças, como serviços de profissionais de apoio, assistente de inclusão e acesso efetivo às terapias promovidas por equipe multidisciplinar na rede de saúde aos alunos com deficiência e transtornos diversos.

O ensino colaborativo implantado nas escolas municipais de Fortaleza em 2023, em parceria entre os professores de sala regular e do AEE, mostrou-se um passo significativo rumo à construção de uma educação mais inclusiva e igualitária. Ao unirem suas expertises e práticas pedagógicas, observamos uma perspectiva de atender melhor às necessidades educacionais de todos os alunos. A parceria entre os docentes vem promovendo diversos benefícios para o ambiente escolar, em que a troca de experiências e conhecimentos permitiu o desenvolvimento de estratégias personalizadas de ensino, o que possibilitou a flexibilização curricular para atender aos alunos com deficiência ou outras necessidades específicas. A professora FLOR conclui suas contribuições relatando que:

“a colaboração entre os professores facilitou a identificação precoce de possíveis dificuldades de aprendizagem e a implementação de intervenções mais eficazes, garantindo uma educação mais eficiente e equitativa. O ensino colaborativo também contribuiu para o aprimoramento profissional dos docentes envolvidos, que se beneficiaram da formação contínua e do compartilhamento de conhecimento especializado”.

Em síntese, o ensino colaborativo nas escolas municipais de Fortaleza em 2023, com a parceria dos professores de sala regular e da educação especial, representa um avanço significativo no caminho da inclusão educacional. Através dessa colaboração, vemos a valorização da diversidade, a superação das barreiras e a promoção de um ambiente educacional

mais justo e acolhedor em constante construção, para o desenvolvimento pleno de cada aluno e para a formação de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, tivemos como objetivo: identificar as políticas educacionais, práticas e ações concretas que podem melhorar a eficácia e implementação do planejamento colaborativo na educação especial na perspectiva inclusiva. Assim, acreditamos que o planejamento colaborativo na promoção da educação especial na perspectiva inclusiva, tem o papel de envolver diversos profissionais da educação em parceria com a família para proporcionar um ambiente riquíssimo para a construção de propostas pedagógicas mais efetivas e verdadeiramente centradas no aluno.

Através da exploração teórica e prática - fornecidas pela revisão bibliográfica e o estudo de caso - pudemos perceber o valor imenso desta abordagem colaborativa, em que todos os envolvidos no processo educativo podem contribuir com suas perspectivas e competências únicas. A diversidade de experiências, conhecimentos e habilidades enriquece, consideravelmente, o processo de planejamento, tornando-o mais completo e eficaz.

No entanto, também identificamos os desafios inerentes à esta prática. A colaboração efetiva exige um esforço considerável, um envolvimento ativo de todas as partes e uma comunicação aberta e clara. Também requer estruturas e culturas de apoio que valorizam a colaboração e que promovem a inclusão. Apesar desses desafios, a relevância do planejamento colaborativo na educação inclusiva é inegável. A diversidade que caracteriza nossas salas de aula hoje exige uma resposta igualmente diversificada e multifacetada - uma resposta que só pode ser adequada e completa através da colaboração.

Diante do exposto, o ensino colaborativo nas escolas municipais de Fortaleza em 2023, com a parceria dos professores de sala regular e da educação especial, representa um avanço significativo no caminho da inclusão educacional. Através dessa colaboração, vemos a valorização da diversidade, a superação das barreiras e a promoção de um ambiente educacional mais justo e acolhedor em constante construção, para o desenvolvimento pleno de cada aluno e para a formação de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 02 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Tradução Oficial/Brasil, Brasília: Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, setembro/2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso em: 02 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015. **Estatuto da pessoa com deficiência.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm), Acesso em: 26 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm). Acesso em: 13 jul. 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental.* 2004. 299f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2004.

FANTACINI, R. A. F; DIAS, T. R. S. Ensino colaborativo: a percepção dos professores do AEE de uma rede municipal de ensino. *Camine: Caminhos da Educação*, v. 7, p. 89-102, 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1354/1532>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação – SME. 2022. **A Educação Inclusiva na Rede Municipal de ensino de Fortaleza: um olhar para todos - Orientações para profissionais da educação.** Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/12yuL712OYDuD-nUOdF\\_hgNORowyLXJFF/view](https://drive.google.com/file/d/12yuL712OYDuD-nUOdF_hgNORowyLXJFF/view). Acesso em: 12 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação – SME. 2023. **Orientações pedagógicas para educação inclusiva e diversidade 2023.** Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1WX6A8Guo3jAQvcyyUnaTpT1b1VamBKJg/view?usp=share\\_link](https://drive.google.com/file/d/1WX6A8Guo3jAQvcyyUnaTpT1b1VamBKJg/view?usp=share_link). Acesso em 17 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em [www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf). Acesso em: 26 mai. 2023.

MONTEIRO, Rachel Rachelley Matos et al CASTRO, Mariana Cunha, RIBEIRO, RRRPC. **O transtorno do espectro autista e as relações de saber, prática e formação docente.** Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21751>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, R. S.; VILARONGA, C. A. R. Colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense. *Revista Eletrônica de Educação*, v.15, p.1-20, e4147009, jan/dez2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4147/1139>. Acesso em 01 ago. 2023.

SOUSA, D. R.; SILVA, R. N.; FANTACINI, R. A. F. Ensino colaborativo: benefícios e desafios. *Educação, Batatais*, v. 6, n. 3, p. 91-105, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/466.pdf&arquivo=sumario5.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional** /Maurice Tardif. 17. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.